



INFORMAÇÃO, DESINFORMAÇÃO E GOLPE: ação e resistência dos profissionais da informação no Maranhão

Maria Mary Ferreira¹
Ed Wilson Ferreira Araújo²
Dirlene Silva Barros³

Resumo

As ditaduras instauradas na América Latina, no século XX, refletem a ação dos Estados Unidos para dominar a economia mundial e manter sua hegemonia frente ao modelo capitalista. A ação ditatorial na América Latina teve na Operação Condor e no sistema de comunicação instrumentos estratégicos para a manutenção dos golpes no Brasil (1964), Argentina (1966/1976), Bolívia (1964), posteriormente no Chile (1973) e Uruguai (1973). Eles constituíram estratégias de geopolítica que se metamorfosearam para chegar em tempos atuais como novos mecanismos de domínio e poder. Recentemente, a invasão da Venezuela e a ampliação do embargo econômico a Cuba justificam essa assertiva. Este artigo, construído a partir de pesquisa documental e bibliográfica, reflete sobre repressão militar no Brasil, atingindo o Norte e o Nordeste, em especial o Maranhão, onde atos repressivos e ações militares são vistos através da ação da Igreja Católica e dos setores conservadores que levaram a prisões, interdições e retrocessos com profundo revés na democracia no Brasil. A ações de resistência também são notadas através da imprensa alternativa, da arte e da cultura.

Palavras-Chave: Ditadura Militar; golpe; informação; resistência, Brasil

INFORMATION, DISINFORMATION, AND COUP: action and resistance by information professionals in Maranhão

Abstract

The dictatorships established in Latin America in the first decades of the 20th century reflect American actions to dominate the world economy and maintain its unaltered hegemony over the expanding capitalist model. The dictatorial action in Latin America relied on Operation Condor and the communication system as strategic instruments for maintaining coups in several countries: Brazil (1964), Argentina (1966/1976), Bolivia (1964), and later Chile (1973) and Uruguay (1973). They constituted geopolitical strategies that metamorphosed to arrive in current times as new strategies of domination and power. The recent invasion of Venezuela and the economic embargo imposed on Cuba recently demonstrate this assertion. In this article, constructed from documentary and bibliographic research, we reflect on coups and military repression in Brazil, on the authoritarian actions and military apparatus that proliferate in the country, affecting the North and Northeast, and especially Maranhão, whose repressive acts and military actions are seen through the actions of the church and conservative sectors that led to imprisonments, prohibitions, and setbacks with a profound reversal of democracy in Brazil. Resistance actions are also noted through the alternative press and through art and culture.

Keywords: Military Dictatorship ; coup ; information ; resistance ; Brazil

Artigo recebido em: 09/04/2026 Aprovado em: 10/09/2026
DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v30nEPe30318>

¹ Professora do Curso de Biblioteconomia e dos Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Ciência da Informação da UFMA, Bibliotecária, Doutora em Sociologia (Unesp) e Pós doutorado em Comunicação e Informação em Plataformas Digitais (universidade do Porto/PT)

² Professor do Curso de Comunicação – Rádio e TV da UFMA, Doutor em Comunicação, Graduado em Jornalismo.

³ Professora do Curso de Biblioteconomia e do Programa de Mestrado em Ciência da Informação da UFMA, Doutora em Ciência da Informação, Bibliotecária.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil viveu entre os anos de 1964 a 1985 um longo período de obscurantismo, dado o golpe militar que instaurou uma ditadura de 21 anos. Governava o país neste período, João Goulart, que assumiu a Presidência da República em 1962, após a renúncia de Jânio Quadros. Seu governo foi marcado pelas reformas de base, entre as quais a reforma agrária e a abertura de diálogo com os movimentos sociais.

Cinco décadas após 1964, o Brasil reviveu um novo golpe, em 2016, quando o Congresso Nacional e o Judiciário, estimulados pela mídia de mercado, realizaram um golpe midiático e jurídico que retirou a então presidenta eleita Dilma Rousseff (2011-2016) do poder. Esse novo golpe, travestido de *impeachment* para dar sustentação legal, foi um dos pontos centrais para o avanço da extrema direita que se instaurou no Brasil neste segundo momento.

Esses dois processos se assemelham na cumplicidade assumida pelas grandes redes de comunicação, aliadas à elite mais uma vez, e as igrejas conservadoras, lembrando que em 1964 a Igreja Católica protagonizou um dos momentos mais emblemáticos ao realizar a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", ocorrida em 19 de março de 1964, em São Paulo, manifestação que contou com cerca de 500 mil pessoas. Essa marcha deu sustentação ao golpe capitaneado pelos militares e culminou na retirada do presidente João Goulart do poder.

Ao assumirem o comando do Brasil, os militares decretaram o Ato Institucional Nº 1 (AI 1), que dava plenos poderes ao governo militar para alterar a Constituição Brasileira e cassar mandatos parlamentares, dentre outros. Em 1968 foi decretado o AI 5, que cassava qualquer tipo de liberdade de expressão e de organização, propiciando a prática comum de prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos de vários militantes de oposição ao regime de exceção, dentre os quais jornalistas, professores, cientistas, artistas, etc.

O processo de repressão, tortura e exílio vivenciado pelos brasileiros nesse período foi reverenciado e enaltecido pelo governo da extrema direita de Jair Bolsonaro (2019-2022), que exaltou as torturas praticadas pelo regime e enalteceu torturadores, entre eles o notório coronel do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, em total afronta às vítimas da violência, entre as quais a então presidenta Dilma Rousseff. A ascensão de Jair Bolsonaro ao poder é fruto das articulações da elite conservadora capitaneada pelo capital financeiro, associado ao agronegócio, com apoio da grande imprensa, de setores do Poder Judiciário e das igrejas conservadoras, tendo o então vice-presidente Michel Temer (MDB) como a figura central do golpe de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff. A primeira medida do seu governo foi legalizar o crime de "pedaladas fiscais", motivação da denúncia que motivou o *impeachment* de Dilma Rousseff. Esse fato denota o plano orquestrado para afastar a então

presidenta do poder, para então reiterar a abertura das portas do Brasil para a política econômica imperialista dos Estados Unidos, principal financiador dos dois golpes: 1964 e 2016.

A proposta deste artigo é refletir os golpes militares e midiático, considerando o expressivo papel dos meios de comunicação, que atravessaram o Brasil nos dois períodos já mencionados, a fim de analisar o posicionamento da mídia e da classe dominante em ações de manutenção ao golpe, pontuando também, nesse processo, as pulsações de resistência ao papel da grande imprensa. Analisam-se as reações dos segmentos progressistas nestes dois episódios e como o processo autoritário atingiu a sociedade, resultando em retrocessos inestimáveis: atraso político e perda de direitos, atraso das políticas públicas que estavam sendo implementadas e retratavam os pequenos avanços conquistados nos curtos mandatos dos partidos de centro-esquerda.

Para melhor compreensão do texto, dividimos em três momentos: no primeiro, refletimos sobre a ditadura iniciada no Brasil a partir de 1964 e, na sequência, como este episódio impacta em 2016, destacando a intervenção dos Estados Unidos nos dois golpes. Em cada um deles, sublinhamos as diferentes formas de violência adotadas, seja de ordem física (torturas, assassinatos, sevícias e exílios) para punir opositores; ou simbólica (através de manipulações do noticiário e desinformação), visando construir correntes de opinião favoráveis aos processos autoritários. No terceiro item abordamos a ditadura no Maranhão e a forma como a imprensa conservadora repercutia o golpe como estratégia ideológica, registrando também as resistências que emergiam para se contrapor ao regime.

2 A DITADURA NO BRASIL DE 1964 E OS FATOS QUE SE REPETEM EM 2016

Neste item traçamos reflexões que permitem compreender a ditadura no Brasil, período que abrangeu mais de duas décadas e que é visto por diversos autores a exemplo de Sousa (2016); Aquino (2014); Morel (2024), como um momento de atraso político, responsável por retrocessos e perdas imensuráveis para a economia nesse País para a construção democrática e para seu projeto emancipatório. A intervenção dos Estados Unidos na América Latina, a ação conservadora de setores da Igreja Católica e da imprensa manipulada pelo imperialismo estadunidense, tornaram o país e suas resistências vulneráveis frente ao poder econômico do grande capital que investiu de forma avassaladora sobre a democracia em construção. Nos itens seguintes, discorreremos sobre esses pontos buscando, assim, esclarecer e rememorar passagens do tempo que precisam ser revistas e lembradas para não serem esquecidas, tal qual nos ensina Paul Ricoeur (2023, p. 71): [...] O verbo “lembrar-se” faz par com o substantivo “lembança” o que esse verbo designa é o fato de que memória é exercitada [...] o ato de fazer memória vem inscrever-se na lista dos poderes e capacidades que dependem da categoria do “eu posso”. Sim, nós podemos rememorar fatos para que não sejam esquecidos.

2.1 A intervenção americana no golpe de 1964: posição da Igreja Católica e dos meios de comunicação

O golpe militar no Brasil, deflagrado em 31 de março de 1964, completou 61 anos em 2025. Os registros da instauração do regime de exceção constam em diversos documentos e bases de dados, entre elas os jornais impressos, fontes e os Relatórios da Comissão Nacional da Verdade, são hoje, essenciais para compreender a movimentação das forças políticas, econômicas e culturais ao longo da História, reconhecer as atrocidades cometidas pelo período ditatorial, instaurar a verdade que vem sendo sistematicamente atacada em narrativas forjadas pela extrema direita, edificando a memória democrática.

Para compreender o contexto do golpe militar, é preciso se reportar aos tempos da 2ª Guerra Mundial (1939-1945) que teve, entre outros resultados, a consolidação do Tratado de Breton Woods (Beluzzo, 2016), um acordo para a reestruturação do capitalismo sob a hegemonia dos Estados Unidos, garantindo a estabilidade econômica aos países do então chamado 1º mundo posicionados na América do Norte e na Europa, tendo na contrapartida as políticas compensatórias e de dependência voltadas para subjugar o denominado 3º mundo, estigmatizado em países africanos e latino-americanos.

É relevante situar que a política externa dos Estados Unidos, desde a década de 1930, direcionava aos países dependentes uma série de campanhas, ações e programas econômicos e de disseminação ideológica valorativas de uma agenda positiva e solidária tais como a Política da Boa Vizinhança (na gestão do presidente Franklin Delano Roosevelt, de 1933 a 1945), o American Way of Live (após a 2ª Guerra Mundial) e a Aliança para o Progresso (no mandato de John Fitzgerald Kennedy, de 1961 a 1963).

O fim da 2ª Guerra Mundial, no entanto, instaurou outra antítese - a Guerra Fria - opondo os blocos capitalista consolidado na Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e socialista do Pacto de Varsóvia, respectivamente liderados pelos Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Nesse contexto, a eclosão da Revolução Cubana, de inspiração socialista, em 1959, alinhada à URSS, provocou não só o bloqueio econômico e político dos Estados Unidos contra Cuba, mas uma série de diretrizes econômicas e políticas com o objetivo de impedir a disseminação dos ideais socialistas e comunistas na América Latina.

Em linhas gerais, as iniciativas acima mencionadas consistiam em altos investimentos no poderio militar, na concentração de poder econômico e político e na difusão dos ideais liberais e consumistas do modo de vida estadunidense como referência de sucesso e prosperidade, traduzindo a apoteose do capitalismo. A Economia Política da Comunicação e da Cultura fornece subsídios para

compreender, além do uso da força, a imposição de um modelo de sucesso imperialista traduzido na rede de produção, circulação e consumo de propaganda, cinema, música, moda, estilo e na máquina de produção de notícias valorativas do American Way of Live – estilo de vida americano (Cunha, 2025).

O conjunto da estratégia imperialista, como já dito, incluía o jornalismo impresso e eletrônico. Os jornais, as emissoras de rádio e de televisão dentro e fora da América do Norte eram abastecidas pelos conteúdos produzidos nas agências de notícias controladas pelos Estados Unidos (Carvalho, 2020), tais como Associated Press (AP) e United Press International (UPI). As emissoras de rádio, por sua vez, tiveram como fonte o Repórter Esso (Klöckner, 2011), programa noticioso financiado pela multinacional do petróleo Standard Oil Company, de propriedade do multimilionário John Rockefeller. Em que pese uma suposta imparcialidade na forma de construir as notícias, o Repórter Esso era um conteúdo redigido pela agência United Press International (UPI) e distribuído para emissoras de rádio em países latino-americanos alvo da Política da Boa Vizinhança, já mencionada. No Brasil, o programa foi veiculado durante 27 anos na emissora de maior abrangência territorial – a Rádio Nacional – tornando-se um fenômeno de audiência.

2.2 O golpe militar de 1964 e a materialização da ditadura no Brasil

O Golpe de 1964 foi uma reação da elite brasileira inconformada com os pequenos avanços obtidos no governo de João Goulart e a possibilidade de avanços no campo democrático. Muito semelhante às motivações para o golpe de 2016. (Sousa, 2016).

De acordo Skidmore (1988), com a renúncia do então presidente da República, Jânio Quadros, em 1961, o Brasil atravessava uma grave crise política. O vice-presidente João Goulart, “Jango”, assume o governo e marca a sua gestão apontando um conjunto de reformas, entre as quais a reforma agrária e a abertura de diálogo com os movimentos sociais de esquerda e manifestações populares, contexto que desagradava a ala conservadora da sociedade brasileira. O estopim da crise e consequente golpe foi o discurso de “Jango” proferido na Central do Brasil, em 16 de março de 1964, anunciando a reforma agrária e a nacionalização das refinarias estrangeiras de petróleo. O discurso acirrou o descontentamento da classe média contra as medidas que estavam sendo implementadas pelo presidente João Goulart, fato que agrava mais ainda as relações sociais e políticas no país.

Em reação, no dia 19 de março, três dias após o comício da Central do Brasil, foi realizada a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, organizada por setores da imprensa, a maioria cristã conservadora e o empresariado da direita. Um dos estopins para decretação do golpe militar, segundo fontes históricas, foi a nacionalização das refinarias estrangeiras de petróleo e a assinatura do Decreto

nº 53.700, de 13 de março de 1964, provocando reação nos setores mais conservadores, fato que contribuiu para a derrubada de João Goulart.

O Decreto nº 53.700 declarava a terra de interesse social e para fins de desapropriação as áreas rurais que ladeavam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, além das terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem, inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade. (Brasil, 1964)

Na prática, João Goulart iniciava a reforma agrária, fato que desagradou a elite brasileira controladora da maior parte das terras e o capital estrangeiro dominante nas empresas petrolíferas. Importante destacar que uma das razões para o golpe contra Dilma Rousseff também se deu em virtude da pressão feita pela elite e partidos de direita para o controle do pré-sal pelas grandes empresas petrolíferas estrangeiras. O processo de privatização das refinarias criadas nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva pelo governo de Jair Bolsonaro a preços irrisórios, explicam o aumento da gasolina e do gás de cozinha e mostra o entreguismo que caracterizou o governo da extrema direita.

2.3 O golpe militar 1964: tortura e morte para silenciar os opositores

No dia 31 de março do mesmo ano, tropas militares de Minas Gerais e São Paulo foram às ruas para instaurar o terror e decretar o golpe. João Goulart deixou o país, com destino ao Uruguai. Sua morte, em 1976, no município argentino de Mercedes, em decorrência de um ataque cardíaco, também levantou suspeitas por parte da família e de correligionários de que João Goulart teria sido assassinado por agentes da Operação Condor, ligados aos Estados Unidos, infiltrados na organização do golpe de 1964, conforme o tópico a seguir.

Da mesma forma, as suspeitas de assassinato recaíram sobre a morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek, vítima de acidente automobilístico; e do jornalista Vladimir Herzog, morto nos porões da ditadura, mas notificado pela ditadura militar como suicídio. O relatório apresentado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) contradiz a versão oficial. (Brasil; Farias, 2014). No caso de Juscelino Kubitschek, os dados apresentados pela CNV após investigações apontam que ele foi vítima de uma conspiração durante o período da ditadura militar. Sua morte foi planejada.

Ao assumirem o comando do Brasil, os militares decretaram um conjunto de medidas autoritárias, entre os quais o Ato Institucional nº 1 (AI 1), que dava plenos poderes ao governo militar quanto a alterar a Constituição Brasileira e cassar mandatos. Já em 1968 foi decretado o AI 5, com poderes para cercear qualquer tipo de liberdade de expressão e de organização, autorizando prisões,

torturas e assassinatos de vários militantes, dentre as quais jornalistas, professores, artistas, etc. Para Aquino (2014, p. 7), o AI 5

[...] suspendia, para o caso de crimes políticos (contra o Estado, ou seja, nos termos do regime militar, contra a Segurança Nacional, ela, em si própria, confundida com o Estado), a garantia do habeas corpus. Assim, retirava-se da Justiça a única garantia do indivíduo contra quaisquer violências ou ilegalidades que lhe fossem impostas. Atavam-se as mãos dos advogados, que não mais poderiam exigir a soltura (com base no habeas corpus) de seus clientes, submetidos a todo tipo de atrocidades

É importante lembrar que o caráter repressivo da ditadura militar no Brasil se deu a partir do uso de um aparato de instrumentos considerados cruéis e desumanos. Os métodos utilizados nesse período para fazer calar qualquer voz opositora iam do “pau de arara” ao “choque elétrico” nas partes íntimas das vítimas. As torturas impostas aos opositores foram responsáveis por milhares de assassinatos que figuram como resultados de um período violento, obscuro e cruel. Os depoimentos transcritos em reportagem da jornalista Canofre (1996, p.3-5) retratam como as vítimas eram torturadas e demonstram a monstruosidade dos atos:

[...] o prazer deles era torturar um frente ao outro e dizer: “olhe, sua vadia, ó ele está apanhando por culpa sua que você não quer colaborar”, entendeu? [...] além de ser torturada física e psicologicamente, a mulher é vadia, a palavra mesmo era “puta”, “menina decente, olha para a sua cara, com essa idade, olha o que tu está fazendo aqui, que educação os teus pais te deram, tu é uma vadia, tu não presta. (Isabel Fávero: ex-guerrilheira da VAR-Palmares *apud* Canofre, 1996, p. 3).

Outro depoimento chocante foi o da ex-presidenta Dilma Rousseff, ao denunciar as torturas sofridas:

Fiquei presa três anos. O estresse é feroz, inimaginável. Descobri, pela primeira vez, que estava sozinha. Encarei a morte e a solidão. Lembro-me do medo quando minha pele tremeu. Tem um lado que marca a gente o resto da vida [...] As marcas da tortura sou eu. Fazem parte de mim. (Dilma Rousseff, ex-guerrilheira, ex-Presidente do Brasil *apud* Canofre, 1996, p. 4).

Dados oficiais apontam que o número de mortos e desaparecidos chega a 434 vítimas, porém, extraoficialmente, são computadas mais 2 mil vítimas da ditadura, sem contar os milhares de brasileiros presos nos manicômios, vítimas de perseguição e intolerância e ainda aqueles que exilados, que morreram de tristeza, a exemplo de Josué de Castro, um dos maiores intelectuais que o Brasil teve, autor do clássico “Geografia da fome”. Cassado pelo regime militar, em 1964, morreu no exílio, vítima de depressão, em 1973. Lendo trechos de seus escritos, pode-se avaliar a sensibilidade deste homem sacrificado por um regime que nos tirou inteligências que poderiam ter alterado os rumos do país:

Foi o rio meu primeiro professor de História do Nordeste, da história desta terra quase sem história. A verdade é que a história dos homens do Nordeste me entrou muito mais pelos

olhos do que pelos ouvidos. [...] Foi com estas sombrias imagens dos mangues e da lama que comecei a criar o mundo de minha infância. [...] Foi assim que eu vi e senti formigar dentro de mim a terrível descoberta da fome (Castro, 2003, p. 32).

A ditadura de 1964 deixou um rastro de sangue e morte, entre os quais inúmeros indígenas expulsos de suas terras, torturados e mortos cruelmente pelo regime. Grande parte destas mortes não foram computadas, principalmente a dos indígenas, que somente nos estudos recentes começam a ser desvendados. São mais de 8.500 mortos que permanecem sem direito a identidade pessoal e política, como se fossem pessoas de segunda categoria ou nem isso. “É preciso ficar claro de que não são 434 vítimas, mas 8.934 ou mais. Todos têm nome, todos morreram por uma causa. Que causa defendiam os 8.500 nomes esquecidos?”, questionou Maiká que, junto com seu pai, o indigenista Egydio Schwade, realizou um vasto trabalho de pesquisa de violações nas décadas de 1970 e 1980 contra o povo Waimiri-Atroari, no Amazonas. Parte das apurações serviu de base para o relatório da Comissão Nacional da Verdade - CNV. (Brasil; Farias, 2014)

Os resultados do trabalho da Comissão Nacional da Verdade, após dois anos e sete meses de trabalho, estão no Relatório elaborado por uma comissão cujo resultado está em 1,3 mil páginas, com conclusões que retratam o funcionamento do regime militar, as infrações de direitos humanos, as torturas e a censura que marcaram a história do país. Ao longo de sua elaboração a CNV ouviu 1121 pessoas, 132 deles agentes públicos, realizou 80 audiências e sessões públicas em 20 estados do Brasil. Com este trabalho vigoroso, nosso país retoma o debate sobre um período que parecia esquecido no processo de redemocratização. (Brasil, 2014).

3 A DITADURA MILITAR NO MARANHÃO: fatos que marcam a história deste período

No Maranhão, a ditadura militar teve, no longo legado de José Sarney, um campo aberto para cometer suas atrocidades. Ao assumir o Governo do Estado, em 1966, Sarney inicia uma era que só se finaliza com a eleição de Flávio Dino, em 2014, embora não se possa desconsiderar a ruptura que os governos de José Reinaldo Tavares (2003-2006) e de Jackson Lago de 2007 a 2009 promoveram quando eleitos no citado período. A chamada Era Sarney computou mais de quatro décadas de domínio de um mesmo grupo político, período que contribuiu para a concentração de riquezas nas mãos da mesma elite e apadrinhados e com isso agudizar a pobreza e as desigualdades sociais no Maranhão, considerado um dos mais pobres da federação.

Importante lembrar que muitos estudiosos, a exemplo de Silvio Bem Bem consideram que o atual governo de Carlos Brandão, vice-governador de Flávio Dino e empossado em 2025, é uma continuação ou um retorno à oligarquia, dadas as relações políticas deste governo com o grupo

oligárquico e seu projeto familiar em curso, considerando o pré-lançamento da candidatura do seu sobrinho, Orleans Brandão, ao Governo do Estado.

A relação de José Sarney com a ditadura militar está inscrita nas páginas de jornal e na história política do Brasil e do Maranhão. Durante décadas, ele presidiu a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido político criado em 1965 – antes José Sarney passou pela UDN (União Democrática Nacional), considerado um partido conservador, criado em 1945, opositor feroz de Getúlio Vargas. Esse partido tinha o apoio das classes médias urbanas e de alguns setores da elite, além de uma ligação profunda com o imperialismo estadunidense.

José Sarney esteve sempre ligado ao movimento conservador. Seu discurso ufanista e desenvolvimentista alimentou por muito tempo os maranhenses e os brasileiros com a finalidade de dar sustentação política à ditadura militar. A aliança de José Sarney com o regime militar é tema de vários livros, dissertações e teses ainda desconhecidas de grande parte da sociedade maranhense que, durante décadas manteve este patriarca no poder. (Santos, 2025) e Bem Bem (2022). É importante lembrar, conforme nos reporta Cabral (2006), que a ascensão de José Sarney se consolida através da UDN, legenda que defendia abertamente a tomada do poder político do país pelos militares. José Sarney se elegeu governador do Maranhão em 1964, mesmo período que também se consolida o poder oligárquico de outro político brasileiro apoiador do regime: Antônio Carlos Magalhães (ACM), que conquistou prestígio e poder durante décadas na Bahia.

Os estudos de Wagner Cabral são referências importantes para compreender a Era Sarney e fornecem informações para desmitificar a decantada “modernização do Maranhão”, fartamente disseminada pelos meios de comunicação locais, sob a liderança do Sistema Mirante de Comunicação, de propriedade da família Sarney. O autor nos esclarece, com dados substanciais, que a Era Sarney foi o período em que o capitalismo se forjou e expandiu no Maranhão, através dos governos de aliados que o procederam: Pedro Neiva de Santana, João Castelo, Luiz Rocha, Epitácio Cafeteira, Edson Lobão e Roseana Sarney, sua filha. O ponto central deste modelo de estado adotado por Sarney foi a implantação dos grandes projetos agropecuários, tendo como consequência a liquidação da agricultura familiar e a articulação do Porto do Itaqui com a implantação posterior da Alcoa/Alumar e do corredor de exportação de minério pela Estrada de Ferro Carajás, ligado à Vale do Rio Doce, no governo de João Castelo, que posteriormente rompeu com José Sarney.

Estes grandes empreendimentos capitalistas têm como consequência o acirramento da luta no campo e a repressão que se instaura em diversos setores da sociedade, mas, em especial, nos setores que discordavam deste modelo de estado autoritário implantado no Maranhão, vinculado a interesses militares combinados aos da oligarquia Sarney, visto nacionalmente como uma referência

para o Brasil. Assim, o governo de José Sarney e sua ação política no Maranhão foi de total subserviência ao golpe de 1964.

3.1 O Desfecho do Golpe Militar no Brasil: o que era veiculado no Jornal do Maranhão

Logo no início dos anos 1960, as forças conservadoras mobilizaram a opinião pública para criar um consenso em torno de uma intervenção militar no Brasil, a pretexto de combater o chamado “perigo comunista”. As ações específicas de comunicação, visando construir essa narrativa, passaram necessariamente pela criação do complexo formado pelo IPES (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais) e pelo IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Segundo Dreifuss (1981), as duas organizações funcionavam com usinas de produção de conteúdo jornalístico, de entretenimento e propaganda com o objetivo de construir uma corrente de opinião majoritária anticomunista, justificando a necessidade da intervenção militar no Brasil.

A propaganda contra o comunismo tinha na imprensa um campo totalmente favorável, embora tenha neste período resistências, alcançava também o cinema e reverberava dentro de instituições representativas como a Igreja Católica. Um dos fatos marcantes nesse contexto foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, um grande movimento católico que reuniu milhares de pessoas em uma passeata a favor da intervenção militar, conforme mencionado. Em 1964, a Igreja Católica estava sob o comando do Papa Paulo VI (1963-1978) e predominava naquele período a doutrina conservadora, com relativa influência da Teologia da Libertação (Boff, 2016), uma perspectiva de espiritualidade libertadora adotada pelas pastorais sociais e movimentos progressistas. A polaridade naquele período ocorria entre o campo conservador com maior representatividade na UDN (União Democrática Nacional) e as forças congregadas no entorno do presidente João Goulart.

3.1.1 O Jornal do Maranhão

Os dados colhidos no expediente do Jornal do Maranhão durante o período pesquisado informam que a publicação foi criada em 20 de julho de 1935, com periodicidade semanal, orientação católica, propriedade da Arquidiocese de São Luís e direção do padre Leonel Carvalho. A redação funcionava na praça Benedito Leite, 280, no Centro de São Luís.

Na condição de um semanário, ou seja, uma publicação impressa a cada sete dias, o jornal não repercutia os fatos diários. Assim, a periodicidade caracterizava um perfil mais opinativo do que noticioso. Atualmente o jornal pode ser encontrado, ainda no formato impresso, com distribuição gratuita em paróquias e eventos religiosos.

3.1.2 O golpe nas páginas do Jornal do Maranhão

A análise do jornal consistiu na interpretação das manchetes, dos editoriais e das fotografias, considerando, como já dito, a periodicidade semanal. Assim, a interpretação toma por base as opiniões manifestadas nos textos, compreendendo a perspectiva dialógica em que: “[...] cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (Bakhtin, 2011, p. 272). Assim, tanto as fotografias quanto os títulos e as notícias e reportagens podem ser concebidas como texto ou gênero discursivo.

Para compor a análise cabe recorrer, nas teorias do jornalismo, à hipótese Agenda Setting (Wolf, 1999) - uma lista de temas ou assuntos pautados pelos meios de comunicação, produzindo o efeito de torná-los também a pauta do público, ou seja, eles passam a ser os temas de interesse das audiências.

Pela influência dos jornais, da televisão e dos outros meios de produção e distribuição de conteúdo jornalístico, as audiências tomam conhecimento ou ignoram, atentam ou minimizam, valorizam ou desprezam os fatos de relevante interesse público. As pessoas têm tendência para inserir ou eliminar dos seus parâmetros de interesse aquilo que os mass media incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. “Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos mass media aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas” (Wolf, 1999, p. 144). No jargão jornalístico, adaptado da teoria, agendar significa colocar em evidência ou dar visibilidade.

Assim, a pesquisa documental, iniciada com as edições de janeiro de 1964, revelou o agendamento do Papa Paulo VI, do líder da UDN Carlos Lacerda e de dois presidentes dos Estados Unidos: John Fitzgerald Kennedy e Lyndon Baines Johnson. Nas duas imagens abaixo, o jornal publica, respectivamente, uma mensagem de fim de ano do presidente Lyndon Johnson, na qual ele evidencia valores patrióticos e solidários presentes no espírito natalino e aspectos emotivos relacionados à morte do seu antecessor, John Kennedy, que teve o mandato interrompido quando foi assassinato, em 1963. Já a outra publicação, intitulada “Johnson: paz e liberdade”, ataca o comunismo e exalta a Aliança para o Progresso:

[...] mas nenhum presidente antes de Kennedy se obstinara tanto na luta contra o comunismo e enfrentara o perigo vermelho com tanto destemor. Aí estão, já na história, o bloqueio de Cuba e a criação do Programa Aliança para o Progresso. Se a morte de Kennedy chegou a representar um alívio para alguém, esse alguém não são outros senão os próprios comunistas que viviam assombrados com a liderança democrática que empenhara o jovem Presidente. (Jornal do Maranhão, 12 jan. 1964, p. 5).

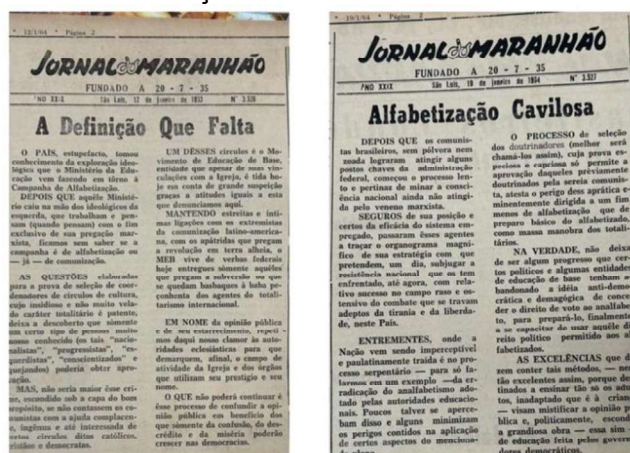
Figura 1 – Apologia aos presidentes dos EUA



Fonte: Jornal do Maranhão

Sobre o posicionamento da Igreja Católica, é importante sublinhar que, embora a cúpula da instituição e a representação papal fossem majoritárias, havia nos anos 1960 as pulsações da ala progressista católica influenciada pela Teologia da Libertação. Considerando essas tensões, o Jornal do Maranhão tinha posição definida de adesão ao campo conservador e expressava nas suas páginas a repulsa das iniciativas que considerava “comunistas”, conforme já visualizado nos textos inferidos aos presidentes dos Estados Unidos. Nas duas publicações abaixo, visualizam-se na linha editorial do jornal os textos que repudiam o envolvimento de católicos em ações adjetivadas de comunismo-socialismo. Um editorial intitulado “A Definição Que Falta”, ataca o envolvimento do Movimento de Educação de Base (MEB) na campanha de alfabetização de adultos deflagrada na época pelo governo João Goulart, classificando-a de “comunização”. Outro texto opinativo (“Alfabetização Caviolosa”) utiliza expressões como “veneno marxista” associado ao método desenvolvido pelo educador Paulo Freire, adotado no programa do Ministério da Educação.

Figura 2 – Editoriais associam alfabetização ao comunismo



Fonte: Jornal do Maranhão, 12 e 19 jan. 1964

Os agendamentos do Papa Paulo VI e das instâncias coletivas de maior poder na Igreja Católica também são evidentes nas páginas do Jornal do Maranhão, enfatizando a linha editorial de ataque a uma suposta ameaça comunista e repudiando a participação de católicos em movimentos progressistas, como a Frente Única e a Ação Popular. Na manchete de 17 de maio de 1964, com o golpe militar já consolidado no Brasil, o título celebra a aprovação do Sumo Pontífice à denominada “Revolução Brasileira”.

Figura 3 – Repúdio ao comunismo e apoio à “revolução”



Fonte: Jornal do Maranhão

Outro agendamento relevante, no palco específico da política partidária, enfatiza as aparições em fotos e manchetes do então governador do Estado da Guanabara e o maior ativista da UDN, Carlos Lacerda, um dos mais expressivos comunicadores da mídia impressa e eletrônica (rádio e televisão). Logo na primeira edição de 1964, o Jornal do Maranhão exibiu manchetes positivas sobre Carlos Lacerda, evidenciando os seus atos administrativos como governador e líder udenista. As seguintes manchetes evidenciam a mencionada louvação nas edições de janeiro de 1964: “Lacerda reclama convenção da UDN”, “Onde Há uma Casa Brasileira é como Se Uma Casa Minha Fosse” e “Lacerda fala de Lacerda candidato” (ilustrada com foto legendada).

Conforme já mencionado, devido à periodicidade semanal, o Jornal do Maranhão tinha perfil opinativo e não cobria os fatos diários. Considerando essa característica, a publicação não noticiou a eclosão do golpe militar no dia 31 de março, mas repercutiu o fato em três matérias. Uma, intitulada “Os acontecimentos de março”, apresenta um panorama das movimentações políticas desde o início dos anos 1960, justificando a necessidade da intervenção militar como forma de combater a corrupção, a ameaça comunista e a inflação. Ao abordar os fatos diretamente relacionados às figuras públicas representativas do poder executivo – a renúncia de João Goulart e a posse do general Castelo Branco, os textos enquadram o primeiro como vítima não do golpe militar, mas do comunismo; e o segundo, tratado como herói.

O título “A Grande Vítima”, ilustrado com fotografia expressando tristeza, é acompanhado do texto: “O mais elementar observador percebia que o Sr. João Goulart vinha alimentando uma hidra perigosa e insaciável que o devoraria mais tarde, quando abrigava o CGT, PUA e UNE etc.” (Jornal do Maranhão). As siglas são referência à organização sindical Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Pacto Unidade e Ação (PUA) e União Nacional dos Estudantes (UNE), vinculadas ao campo democrático-popular e aliadas do presidente golpeado.

Figura 4 – O herói e o vilão



Fonte: Jornal do Maranhão

O presidente resultante do golpe militar, marechal Castelo Branco, com o nome grafado em maiúsculas, tem o seguinte perfil (acompanhado de fotografia com ar de serenidade): O marechal HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO, cuja posse no cargo de Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, na memorável tarde de 15 de abril, faz retornar ao regime constitucional, o governo do país, que a revolução do dia 1º confiara ao comando militar das Forças Armadas. Vencedor de árduos combates no comando das tropas de assalto da gloriosa Força Expedicionária Brasileira, o marechal Castelo Branco se constitui, pela sua vocação cívica e democrática, uma bandeira de confiança a tremular no céu da Pátria, e um bálsamo de esperança a confortar cada coração de brasileiro [...] (Jornal do Maranhão)

Os textos selecionados remetem pelo menos a dois padrões de manipulação (Abramo, 2016) presentes na imprensa. A análise do agendamento de João Goulart e Castelo Branco aponta o uso do “padrão de inversão”, nomeando o golpista de herói e o golpeado de vítima de si próprio.

Um dos extremos desse padrão de inversão é o frasismo, o abuso da utilização de frases ou de pedaços de frases sobre uma realidade para substituir a própria realidade. “Acoplado às demais formas de manipulação – ocultação, fragmentação, seleção, descontextualização, várias inversões etc. – o frasismo surge, assim, quase como a manipulação levada aos seus limites: uma frase, um trecho

de frase, às vezes uma expressão ou uma palavra, são apresentadas como a realidade original.” (Abramo, 2016, p. 44-45)

Das resistências que se formaram neste período destacamos principalmente o movimento dos trabalhadores rurais, que tem na expressão de Manoel da Conceição uma das maiores resistências, bem como a médica e militante comunista Maria Aragão, presa diversas vezes e torturada pela ditadura durante décadas.

3.2 Censura e Resistência no Maranhão

A ascensão da extrema direita no Brasil, que se desnudou após o golpe de 2016, suscitou a urgência de retomar o debate sobre memória e história. É mister afirmar que a história brasileira caminha e reclama pela ruptura do silenciamento do Estado¹ através da incorporação de princípios democráticos em suas ações, como o direito de informação, sendo “[...] essencial para a busca de uma sociedade participativa e democrática [...]” (Oliveira; Raminelli, 2014, p. 163).

Para tanto, rememorar o passado e trazer fatos vivenciados contribuem para restaurar a verdade e evitar sua repetição. O silenciamento imposto no período de 2019-2022, sobre o golpe de 1964 e o golpe de 2016, deram espaço para a tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023. O golpe de 8 de janeiro é um exemplo claro de como a extrema direita se sustentou no esquecimento que neste período foi intensificado pelo fenômeno da desinformação que alcançou uma magnitude não esperada nas redes sociais.

É importante lembrar que a abertura dos arquivos desse período abriu os debates, vindo à tona uma verdade que não conseguiram mais silenciar. Acreditamos que a produção dos documentos de arquivo desse período estaria vinculada à vontade de legitimar a verdade que se queria e quer conhecer; além disso, as narrativas que foram sendo veiculadas por várias das vítimas e familiares dos mortos e desaparecidos serviram para enfrentar o pensamento fascista dos bolsonaristas que deram sustentação ao então presidente Jair Bolsonaro.

A reação da sociedade nos veículos de comunicação e através de redes sociais contribuiu para isolar, enfrentar uma imprensa até então, favorável, ao seu discurso irreal e tendencioso, forjado através de matérias plantadas e fake news. Uma história cujos protagonistas para os bolsonaristas eram os heróis do golpe. Para nós, os algozes da ditadura que dominaram e silenciaram o Brasil por vinte e um anos. Ao comentar sobre esse período, Skidmore (1998, p.56) enfatiza a severidade do regime especialmente contra líderes que atuavam na Região Nordeste:

A repressão foi especialmente severa no Nordeste. Nem era de surpreender, pois ali atuavam muitos líderes considerados perigosos, como o governador de Pernambuco Miguel

Arraes, o superintendente da SUDENE Celso Furtado, o especialista em alfabetização Paulo Freire, o advogado Francisco Julião e o velho ativista do Partido Comunista, Gregório Bezerra.

Acrescento a essa lista a líder comunista Maria Aragão, parceira de Luiz Carlos Prestes, que foi perseguida, torturada e exilada e que só retorna ao Maranhão no final dos anos setenta. Com Maria Aragão, passamos a conhecer uma parte viva desta história que tentaram apagar.

Ao buscar o fio desta história silenciada, vários autores se reportam ao fato de que a ditadura no Brasil não foi verdadeiramente escrita. Existem muitos fatos obscuros, demasiados episódios não registrados, variados silêncios e dores que precisam vir a público para que os brasileiros e, em especial os maranhenses, tomem conhecimento. Benedito Buzar nos relembra como o governo estadual de Newton Bello contribuiu para o processo de repressão:

A contribuição do Governo do Maranhão às medidas repressivas foi de tal modo expressiva que o comandante da 10ª Região Militar, general Aluizio Brígido Borba agradeceu a cooperação valiosa e decidida prestada de imediato ao movimento das Forças Armadas desencadeadas no País (Buzar, 1998, p.446).

O autor ainda esclarece que a censura é imediatamente instaurada no Maranhão quando prendem muitos jornalistas, entre os quais Bandeira Tribuzi: “Com a prisão de Bandeira Tribuzi, o Jornal do Povo então sob sua direção e que se tornara, ao longo dos últimos 15 anos, a grande bandeira da resistência oposicionista, deixou de circular” (Buzar, 1998, p.446).

Nos anos da ditadura no Brasil, que corresponde aos anos de 1964 a 1985, o Maranhão foi palco de inúmeros movimentos de resistência, protagonizados por atores sociais que estão anônimos. Neste período foram produzidos inúmeros documentos que, censurados, tiveram vida curta e pouca circulação. As bibliotecas e as universidades passaram por processo de controle e censura que impediram os jovens de conhecer autores clássicos como Karl Marx, Max Weber, Paulo Freire, Milton Santos, Josué de Castro, entre outros. Sobre esse fato, Ferreira (2017, p.139) comenta que:

Os anos de censura tiveram um efeito devastador na nossa juventude, principalmente para jovens como eu que vinham de camadas pobres da sociedade e que tinham pouco acesso aos livros e a informação, além do mais, o que era permitido ler, passava uma visão de Brasil irreal e alienadora. O processo de me tornar leitora crítica não foi algo fácil, dado os limites que vivia em virtude da situação de pobreza que dificultava o acesso a determinados livros não encontrados na Biblioteca Pública, em tempos de censura.

A censura aos livros e às ideias marca profundamente a vida dos jovens no período que corresponde aos anos de chumbo. O controle e o medo da repressão impunham sobre aqueles que ousavam pensar diferente, ou tinham a vontade de saber, um efeito devastador. Assim, os livros passaram a ser demonizados pelos ditadores e seus partidários. Este fato é ilustrado por Motta (2006, p.136), quando destaca que:

[...] Entre as vítimas do aparato repressivo figuravam os livros, naturalmente as obras consideradas subversivas. A prisão de pessoas acusadas de envolvimento com o Partido Comunista, algumas vezes, implicou o recolhimento de seus livros, seja para serem utilizados como prova do alegado crime, seja para retirar de circulação textos responsáveis pela divulgação das chamadas doutrinas exóticas.

A repressão no Maranhão tem seu apogeu nos anos setenta, quando se acirram as relações no campo em virtude da entrega das terras produtivas aos grandes grupos latifundiários sob a égide de um discurso desenvolvimentista propagado por José Sarney. Para o historiador Wagner Cabral da Costa (2006), o governo de José Sarney impõe um modelo de desenvolvimento baseado na distribuição de grandes extensões de terra a empresas privadas, com a justificativa de assim desenvolver a economia local e trazer progresso. O que vamos observar nos anos subsequentes é a formação de latifúndios improdutivos que, utilizados para atividades altamente subsidiadas, como a exploração de madeira e pecuária, resultaram em quase nenhum retorno financeiro para a economia maranhense; além disso, os conflitos agrários que decorrem deste modelo contribuíram para a repressão e morte de centenas de trabalhadores rurais e indígenas. O livro *Grilagem*, do padre Victor Asselin (1982), traz um retrato vivo desta passagem esquecida da história maranhense.

É consenso entre os estudiosos que a ditadura e nazismo se assemelham, pois ambos não se sustentariam sem a contribuição de aliados e forças políticas, entre as quais o empresariado, os intelectuais e a imprensa, fato perfeitamente observado no golpe de 1964 e no golpe que se repete contra a então presidenta Dilma Rousseff em agosto de 2016. Esse segundo golpe teve como consequência a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 com o apoio das forças conservadoras que se juntaram ao empresariado brasileiro, ao agronegócio, às igrejas pentecostais e ao capital internacional para derrotar a presidenta Dilma Rousseff, reeleita em 2014. São essas forças que se articularam para eleger Jair Bolsonaro nas eleições de 2018.

No Maranhão, é importante lembrar que, com o fechamento do Jornal do Povo, de Bandeira Tribuzi, o Jornal Pequeno cumpre um papel importante no seio das oposições no Maranhão, principalmente pela resistência ao governo de José Sarney; entretanto, segundo o estudo de Araújo Neto (2016, p. 13), este matutino foi bastante condescendente com a ditadura. O autor parte do pressuposto que:

[...] o posicionamento político do Jornal Pequeno alterou-se em função da intervenção que sofreu. No início dos anos 1960, o jornal se posicionava contra qualquer tipo de "ditadura". No entanto, atuando como aparelho privado de hegemonia, o Jornal Pequeno foi, ao longo do tempo, contribuindo para tornar hegemônico o projeto que chegou ao poder como o golpe empresarial militar em 1964.

Mas, é o Jornal Pequeno que, em alguns momentos importantes da história social maranhense, vai trazer informações relevantes através de inúmeras matérias jornalísticas que

desmistificam através de um jornalismo feito com seriedade a desfaçatez que era o discurso de José Sarney. O jornalista Moisés Matias ilustra muito bem este momento no livro *Os segredos do Maranhão*, lançado em 2002, reproduzindo um conjunto de reportagens publicadas no Jornal Pequeno que contribuíram para desmistificar o discurso deste oligarca que dominou por tanto tempo o Maranhão e sustentou o regime militar por vinte e um anos.

Outras formas de resistências são percebidas no Maranhão como as Feiras de Arte no Beco do Silva, os grupos de teatro dirigidos por Aldo Leite, Tácito Borralho e Cláudio Silva, que produziam um teatro alternativo, seguindo a filosofia de Augusto Boal, mobilizando centenas de pessoas nas ruas e praças e nos teatros improvisados. Cabe o registro também dos grupos musicais como o Rabo de Vaca, que resgatavam as heranças culturais maranhenses e transmitiam uma nova forma de fazer música com referências às lutas sociais e aos cotidianos dos maranhenses, assim como os filmes e documentários produzidos por Murilo Santos, enfatizando a temática das lutas do campo contra o latifúndio. Em seu conjunto, todos eles se constituíam movimentos de resistência à ditadura militar.

Vale destacar ainda a ação dos bibliotecários que transformaram a Biblioteca Pública Benedito Leite em um espaço de leitura a serviço da coletividade, através de programas de leitura realizados no espaço da própria biblioteca e nas comunidades através do Carro-Biblioteca que circulava em vinte e duas comunidades rurais de São Luís, levando, leitura, teatro, música e esperança. (Ferreira, 2016). É importante ressaltar que embora houvesse uma orientação dos órgãos superiores da cultura à qual a biblioteca estava subordinada para desaparecer os “livros subversivos”, nesta categoria encontram-se todos os livros de Karl Marx, alguns de Max Weber, Paulo Freire, Milton Santos, Josué de Castro e muitos outros considerados inapropriados para leitura, apesar da orientação e controle frequente. Embora houvesse censura, os bibliotecários que atuaram na Biblioteca Pública mantiveram esses acervos em prateleiras escondidas discretamente dos agentes da repressão.

Assim, pode-se afirmar que os bibliotecários cumpriram um papel importante que foi além de guardiões do saber. Eles souberam preservar acervos que tinham valor cultural e que sabiam da importância de ser preservados. Historicamente, os bibliotecários são os profissionais que lidam mais diretamente com a informação, possuindo no atual contexto um know-how essencial para a efetivação da Lei de Acesso à Informação (LAI) e para o enfrentamento da desinformação. Suas competências abrangem desde a organização e tratamento da informação até a mediação e o fomento à leitura crítica, tornando-os agentes indispensáveis nesse cenário complexo e multifacetado.

Diante do cenário de desinformação, os bibliotecários exercem uma função vital na luta pela democratização da informação, no acesso e na resistência contra a manipulação. Sua expertise

na organização, recuperação, avaliação e disseminação de informações posiciona-os estrategicamente como mediadores e educadores informacionais.

4 CONCLUSÕES

O momento que se vive no Brasil acende o debate sobre a necessidade de construção de narrativas instauradoras da verdade. A Universidade, através de seus pesquisadores, tem o compromisso de contribuir para que a informação cumpra seu papel de trazer a verdade dos fatos através de estudos e pesquisas que contribuam para formar o pensamento crítico na sociedade.

É muito recorrente se ouvir dizer que vivemos a Era da Informação, tão bem profetizada pelo sociólogo Manuel Castells no final do Século XX. No entanto, sabe-se que este fenômeno favoreceu o *status quo* e, para manter as elites no poder, são elas que controlam os canais de comunicação e informação, manipulam e controlam a mídia para favorecer a permanência do pacto antirrepublicano e dos modelos hegemônicos de exclusão. Por esta razão, é importante trabalhar para desconstruir as mentiras e combater as incertezas através de estudos que possam suscitar o debate e fazer emergir a verdade dos fatos. Neste cenário, os profissionais da informação - jornalistas, radialistas, bibliotecários, arquivistas e outros - cumprem um papel estratégico de denunciar as fakes news, de combater a desinformação e trazer à tona, a partir de um jornalismo ético e de ações informacionais, fatos esquecidos que ajudam romper com o esquecimento e desmascarar fatos adormecidos, como fizemos neste artigo.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Maria Aparecida de. Brasil: golpe de estado de 1964. que estado, país, sociedade são esses? **Proj. História, São Paulo**, v.29, n. 1, p. 87-105, dez. 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/9947/7387>. Acesso em 23 abr. 2026.
- ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.
- ARAUJO NETO, Wilson. **O Jornal Pequeno e a ditadura Empresarial-Militar no Maranhão: a perspectiva política do Jornal Pequeno após o ato do dia 6 de abril**. Monografia. Curso de História (Universidade Estadual do Maranhão). 67 fl. São Luís, 2016.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BELUZZO, Luiz Gonzaga de Melo. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados "globalizados". **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 11–20, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643205>. Acesso em: 28 ago. 2025.

BOFF, Leonardo. Quarenta anos da Teologia da Libertação. leonardoboff.com, 2011. Disponível em: <https://leonardoboff.wordpress.com/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-da-libertacao/>. Acesso em: 15 de dez. de 2016.

BRASIL, Kátia; FARIAS, Elaíze. Comissão da Verdade: Ao menos 8,3 mil índios foram mortos na ditadura militar. **Amazônia Real**. 11 dez. 2014. Disponível em: <http://amazoniareal.com.br/comissao-da-verdade-ao-menos-83-mil-indios-foram-mortos-na-ditadura-militar/> Acesso: 20 de fev. 2026.

BRASIL, Decreto 53.700 de 13 março de 1964. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=114765>. Acesso: 20 de fev. 2019.

BUZAR, Benedito. **O Vitorinismo**: lutas políticas no Maranhão, 1945-1965. São Luís: Lithograf, 1998.

CABRAL, Wagner. **Sob o signo da morte**: o poder oligárquico signo de Vitorino a Sarney. São Luís: EDUFMA, 2006.

CANOFRE, Fernanda. 5 relatos de presas políticas para não duvidar que houve tortura na ditadura militar do Brasil. **Global Voices**. <https://pt.globalvoices.org/2016/04/26/5-relatos-de-presas-politicas-para-nao-duvidar-que-houve-tortura-na-ditadura-militar-do-brasil/>. Acesso em: 23 abr. 2026.

CARVALHO, Samantha. As agências de notícias e o fluxo internacional de informação. Passagens: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação** da Universidade Federal do Ceará. v. 11, n. 1, jan./jun. 2020.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**: a era da informação, economia sociedade e cultura. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Josué de. **Fome**: um tema proibido, últimos escritos de Josué de Castro. Org. Ana Maria de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

CUNHA, Paulo Roberto Ferreira. **American-way-of-life**: representação e consumo de um estilo de vida modelar no cinema norte-americano dos anos 1950. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bimc/omeka/items/show/5993>. Acesso em: 28 ago. 2025.

DREIFUSS, René. **A conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Maria Mary. O livro como objeto de censura e resistência. In: ____ **Livro, leitura e biblioteca em tempos sombrios**. São Luís: EDUFMA, 2017, p. 127-162.

JUSCELINO Kubitschek foi assassinado, aponta Comissão da Verdade Redação **Agência Brasil**. Brasília (DF), 11 dez. 2013. Disponível em: https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/juscelino-kubitschek-foi-assassinado-aponta-comissao-da-verdade/?gad_source=1&gad_campaignid= Acesso em: 20 mar 2025.

KLÖCKNER, Luciano. **O Repórter Esso**: a síntese radiofônica mundial que fez história. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. 499p.

LOWY, Michael. **Método dialético e teoria política**. 2. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

MATIAS, Moisés. **Os outros segredos do Maranhão**. São Luís: Estação Gráfica, 2002.

MOREL, Edmar. **O Golpe começou em Washington**. 2. ed. com. Jundiá: Paco Editorial, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O diabo nas bibliotecas comunistas: repressão e censura no Brasil dos anos 1930. *In*: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean Yves. (orgs.). **Política, nação e edição**: o lugar dos impressos na construção da vida política. São Paulo: Anna Blume, 2006. p. 135 – 153.

OLIVEIRA, Paulo Salles de. Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. *In*: OLIVEIRA, Paulo Salles de (org.). **Metodologia das ciências humanas**. 2.ed. São Paulo: UNESP; Hucitec, 2001. p. 17-26.

OLIVEIRA, Rafael Santos de; RAMINELLI, Francieli Puntel. **O direito ao acesso à informação na construção da democracia participativa**: uma análise da página do Conselho Nacional de Justiça no Facebook. Sequência, Florianópolis, n. 69, p.159- 182, dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2014v35n69p159/28387>. Acesso em: 16 abr. 2026.

POLLAK, Michel. Memória e esquecimento. *In*: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

RICOUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

SANTOS, José Murilo Moraes dos. **História social da arte engajada no Maranhão: 1968-1985**. 2025. 317 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em História/CCH) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. 7. ed. Tradução de Mário Silvano Silva. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

Notas

¹ A concepção de Estado que adoto nessa tese é a de Bourdieu (1996, p. 97) “[...] O Estado é um x (a ser determinado) que reivindica com sucesso o monopólio do uso legítimo da violência física e simbólica em um território determinado e sobre o conjunto da população correspondente”.